EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA POSSIBILIDADE COLETIVA DE CONSTRUÇÃO DE SOCIEDADES JUSTAS E EQUILIBRADAS

Laila Regina Dacol de Campos[*], Regina Aparecida da Silva [2],

[1]Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), Rondonópolis-MT, Brasil
[2]Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), Rondonópolis-MT, Brasil
[*]Autor para correspondência: laila.dacol@aluno.ufr.edu.br

O presente relato de experiência surge das vivências e aprendizados proporcionados pelo Curso de Aperfeiçoamento de Educação Ambiental no âmbito do Programa de SustentAção, oferecido pela Universidade Federal de Rondonópolis em parceria com o Ministério de Educação e a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC/MT), sob a coordenação da Doutora Regina Aparecida da Silva, com o objetivo de convidar os cursistas a embarcar em uma jornada de estudos e reflexão-ação, para que uma outra história de mais envolvimento e mais esperançar seja escrita, a fim de questionarmos nossas direções e nos reconectarmos aos cuidados e à sustentabilidade de nosso planeta, Ao longo do percurso, o debate sobre os contextos histórico, político e social permitiu uma análise crítica de como as políticas públicas se materializam no cotidiano pedagógico. Mais do que uma imersão teórica, a experiência foi um convite prático para repensar o espaço escolar, conectando os saberes diversos à urgência de se construir comunidades sustentáveis, justas e equilibradas diante dos desafios socioambientais contemporâneos. Estruturado de forma a articular teoria, quadro de normas e vivências práticas, o curso de aperfeiçoamento foi desenhado em quatro módulos interdependentes. Com a carga horária total de 180h, na modalidade semipresencial, sendo 40h presenciais e 140h de formação on line. Tendo como público 350 profissionais da educação, docentes e gestores do ensino médio das escolas públicas do Estado do Mato Grosso, iniciando no dia 03/02/2025 com a participação da Webconferência e finalizando no dia 25/05/2025 com a produção do material Educomunicativo. O primeiro módulo dedicou-se à trajetória histórica e aos marcos legais em relação à Educação Ambiental, com centralidade na Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999), conectando esses fundamentos à urgência das escolas sustentáveis e resilientes como promotoras do bem-viver, neste módulo é feito um convite à ação. O segundo módulo expandiu esse olhar para além dos muros escolares, jogando luz sobre os territórios, identidades e saberes locais no entorno de Unidades de Conservação, de modo a fortalecer o sentimento de pertencimento e a relação escola-comunidade. O terceiro módulo lançou as bases conceituais para a compreensão da complexidade ambiental contemporânea, estruturando-se cronologicamente a partir do debate sobre o Antropoceno e suas fases. Avançou-se na análise do colapso climático, dos Gases de Efeito Estufa (GEE) e dos relatórios do IPCC, contrapondo esses dados aos esforços do governo brasileiro para frear as alterações climáticas. A dimensão prática e preventiva desse cenário ganhou força na terceira semana, por meio do estudo das ações do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, especificamente através do Programa Cemaden Educação. Já o quarto e último módulo teve como objetivo

central explanar as interfaces entre as linhas de Educação Ambiental crítica e pós-crítica e o exercício da cidadania qualitativa. Para além de uma abordagem meramente teórica, os conceitos-chave de Justiça Ambiental e Climática, conflitos socioambientais e a atuação da Rede Internacional de Educação Ambiental e Justiça Climática foram trabalhados de maneira integrada e orgânica. O desenlace deu-se através da Educomunicação, apresentada como uma potente ferramenta de participação social, cidadania e (re)existência. Esse fechamento instigou os cursistas a enxergarem nos movimentos e protagonismos juvenis uma oportunidade real para a construção de projetos de transição para a sustentabilidade. Vale destacar o cuidado metodológico desse encerramento, que utilizou expressões artísticas, discussões com intelectuais e uma iconografia não usual. Ao contextualizar temporalmente obras como músicas, peças e livros, o curso instigou a curiosidade e provocou uma leitura atenta e sensível da nossa realidade, contando com o suporte da tutoria e a troca nos fóruns para consolidar um aprendizado que desafia a urgência do nosso tempo. Ao longo de quatro meses de intensa atividade, que englobaram leituras direcionadas, materiais de apoio e webconferências, a dinâmica avaliativa desdobrou-se em dois momentos cruciais: a escrita reflexiva da biografia ecológica e a participação na Roda de conversa, ambas com peso expressivo na construção do aprendizado. Todo esse percurso metodológico foi profundamente enriquecido pelos estudos da professora Michèle Sato. Sob a sua perspectiva crítica, a Educação Ambiental foi compreendida como uma ferramenta política para desnaturalizar desigualdades socioambientais. Assim, o curso nos convocou a entender que a transformação exige um esforço coletivo e intersetorial, inspirando-nos a crer que, mesmo diante de um cenário global complexo, a poética do esperançar e a ética do cuidado continuam sendo as maiores aliadas da nossa existência. Diante de um modelo de desenvolvimento que sobrecarrega os recursos naturais, perpetuando as desigualdades sociais, faz-se necessário o fortalecimento da Educação Ambiental como ferramenta de resistência e luta política para a transformação. Durante o Curso, foi se construindo a consciência da importância da Educação Ambiental como ferramenta de transformação. Enquanto o mundo for pensado com um ritmo linear sem a preocupação com os efeitos produzidos pela ação humana, a sustentabilidade, o equilíbrio entre sociedade, economia e meio ambiente estarão em risco. Os cursistas foram incentivados a refletir sobre si e suas relações significativas com a natureza, suas vivências e práticas socioambientais. Revisitando memórias foi possível lembrar os sonhos e a certeza de que a educação pode transformar a realidade. Os participantes buscaram se reconhecer pertencente a um lugar e identificar o seu papel em relação à sociedade e à natureza. Ao se aprofundar, perceberam que o Brasil é um país com uma enorme diversidade sociocultural. Povos indígenas, afrodescendentes, imigrantes e populações tradicionais compõem um mosaico de culturas, línguas e crenças que enriquecem a identidade nacional. No entanto, essa diversidade é invisibilizada por uma história de colonização, racismo e exclusão, é necessário reconhecer e valorizar a riqueza dos saberes ancestrais e a importância de escutar vozes silenciadas. Essa visão é conectada com a proposta de uma Educação Ambiental crítica e inclusiva, que considera os conhecimentos tradicionais como essenciais para a construção de práticas sustentáveis. Relacionar diversidade sociocultural com Educação Ambiental é compreender que o

cuidado com a natureza não pode ser separado do respeito às culturas que vivem em harmonia com ela. Os indígenas têm uma relação espiritual, simbólica e prática com o meio ambiente e seus conhecimentos são fundamentais para a preservação da biodiversidade. A diversidade sociocultural refere-se à coexistência de diferentes culturas, tradições, línguas, religiões e modos de vida dentro de uma mesma sociedade, valoriza a multiplicidade de saberes, formas de ver o mundo e maneiras de se relacionar com o ambiente. Povos diferentes têm maneiras distintas de interagir com a natureza, baseadas em seus conhecimentos tradicionais e crenças. Valorizá-los contribui para a construção de soluções mais justas e eficazes frente aos problemas ambientais. Assim que os cursistas entenderam o conceito de injustiça ambiental e climática, como sendo a falta de equidade em relação aos impactos causados pelo caos da degradação e sustentabilidade, foi feito o mapeamento dos problemas socioambientais do seu território, com essa ação percebeu-se que o sistema capitalista é responsável direto pelo colapso ambiental, pois explora a natureza em nome do consumo. Nesse processo, poucos ficam ricos e muitos ficam pobres. A população mais vulnerável é que sofre as consequências desse colapso e menos contribui para esse processo unilateral. Nesse contexto, a educação se apresenta como uma ferramenta fundamental para transformar realidades, a escola deve exercer o papel crucial de promover debates sobre sustentabilidade, direitos socioambientais e cidadania, viabilizar projetos e oficinas ambientais além de conscientizar, empoderar os estudantes a serem agentes de mudança, protagonistas em todas as circunstâncias. Quando a escola abre espaço para essas discussões, deixa de ser um local de ensino pautado em narrativas eurocêntricas e hierárquicas e se torna um território de resistência e esperança. No entanto, a luta por justiça ambiental não pode ser travada apenas no chão da escola. É preciso fortalecer alianças com universidades, ONGs e instituições públicas, como o Ministério e a Defensoria Pública para ampliar o alcance das demandas. A pressão por políticas de saneamento, fiscalização rigorosa e alternativas econômicas sustentáveis devem ser constantes. A Educação Ambiental deve assumir uma postura inclusiva e crítica, reconhecendo os diversos saberes existentes sobre o meio ambiente. Não deve se basear apenas em visões ocidentais e científicas, deve incorporar os conhecimentos ancestrais, as práticas comunitárias e as cosmovisões dos povos tradicionais. Assim, promove-se um aprendizado mais rico e conectado com a realidade. Cada indivíduo carrega em si múltiplas influências e maneiras de se relacionar com o mundo, é necessário que se reconheça como parte integrante do meio ambiente. Nesse sentido, a valorização da identidade e da cultura torna-se uma ferramenta poderosa para a transformação socioambiental. Afinal, cuidar do planeta é cuidar das pessoas, da cultura e do conhecimento, aprendendo a viver em equilíbrio com a natureza. É essencial que a Educação Ambiental também questione os sistemas que concentram poder e excluem culturas, saberes dos povos tradicionais. Promover o respeito à diversidade sociocultural não é apenas uma questão ética, mas também uma necessidade para a construção de sociedades mais sustentáveis. O conceito de diversidade sociocultural se entrelaça com a Educação Ambiental ao reforçar a importância do respeito e da valorização das diversas formas de conhecimento principalmente na escola. A conscientização ambiental e a implementação de práticas sustentáveis são essenciais para mitigar os problemas enfrentados pela população mais

vulnerável. A educação ambiental desempenha um papel crucial nesse processo, promovendo a participação ativa da comunidade na preservação do meio ambiente. Ao final do curso, sabe-se que é possível. O convite para resistir, esperançar e lutar foi aceito, cada cursista segue refletindo sobre seu papel na Terra, sendo parte dela. Encarando o meio ambiente como sujeito de direitos em um processo coletivo de construção de comunidades sustentáveis, socialmente justas e equilibradas.

Palavras-chave: Educação Ambiental 1, povos tradicionais 2, saberes 3.